

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA AUXILIARES DE SALA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL : UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO NO MUNICÍPIO DE PENEDO

Luciene Amaral da Silva ¹

RESUMO

O artigo apresenta a experiência de extensão que foi realizada em forma de curso de formação continuada para os auxiliares de sala da educação especial do município de Penedo, no estado de Alagoas. O curso surgiu a partir da necessidade dos profissionais na educação especial da rede municipal de Penedo, em que a coordenação geral do município sinalizou a necessidade de parceria. O objetivo foi verificar quais as maiores dificuldades desses profissionais diante do trabalho realizado como auxiliar, identificar o que é de competência do professor regente da sala e do auxiliar e como está a saúde mental dos auxiliares de sala diante das dificuldades apresentadas. O curso foi desenvolvido de forma *on-line*, contou com a participação de 159 inscritos, tendo sido abordados temas como: a atuação do auxiliar de sala; a saúde mental do auxiliar de sala da educação especial; acompanhante terapêutico escolar (ATE); a atuação da coordenação pedagógica junto ao trabalho do auxiliar de sala. Os principais resultados mostraram que os participantes sinalizaram sobre a necessidade de mais formação e apresentaram como maior dificuldade a relação entre o professor regente da sala, principalmente os que atuam nos anos finais do ensino fundamental, e o auxiliar de sala, pois a ausência de responsabilização por parte do professor regente acaba acarretando em sobrecarga para os auxiliares fazendo com que o trabalho com o estudante, cuja maioria atendida fazem parte do público com autismo (75%) e TDAH (55%), não seja um trabalho inclusivo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Auxiliar de sala, Formação continuada.

INTRODUÇÃO

A educação deve promover a integração da diversidade dentro do espaço escolar. A educação inclusiva promove a inclusão entre a educação regular e a educação especial. Ela vai além da educação especial, visa promover a integração de todo o grupo em que todas as crianças com deficiência, dificuldades de aprendizagem, com limitações variadas, podem ser integrados e inclusos. Essa modalidade de ensino busca reconhecer a existência da diferença e a garantia do direito à educação para todos. A educação especial visa desenvolver habilidades em pessoas com deficiência, com habilidades, superdotação e transtornos no ambiente escolar.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996 trouxe o seguinte entendimento sobre educação especial: "entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida

¹ Professora do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, luciene.silva@arapiraca.ufal.br

preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996, p. 25). Na LDB, é notório ver no capítulo V, com início no art. 58 que a educação especial é exclusiva para estudantes que apresentem alguma Necessidade Educacional Especial (NEE) que são originárias de alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem. E é no inciso III do art. 59 que a Lei assegura profissionais capacitados para atuação nas salas regulares em que haja estudantes com deficiência ou transtorno e que apresente dificuldades de aprendizagem.

Falar em formação de professores no Brasil torna-se um desafio pela situação em que essa formação está configurada (Gatti, 2010). O Estatuto da Pessoa com Deficiência vem recomendar que a “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e a oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado” (Brasil, 2015 p. 34) é de suma importância para a formação docente.

Nessa direção, o curso foi organizado para atender os auxiliares de sala da educação especial como proposta de extensão para atualizar o público docente sobre o trabalho desenvolvido por eles e a partir do trabalho deles, da atuação nas salas de aula, reconhecer desde suas necessidades, dificuldades, saúde mental e formas de resolver as situações do cotidiano.

Por isso que o curso surgiu a partir da necessidade dos profissionais na educação especial da rede municipal de Penedo, em que a coordenação geral do município sinalizou a necessidade de parceria. Diante disso, o projeto foi elaborado, também mediante uma eletiva que está sendo ofertada sobre transtornos específicos de aprendizagem.

O que pode ser percebido é que para que a política de Educação Inclusiva seja efetivada no ambiente escolar, é essencial a formação e sensibilização dos professores, visando transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo. Contudo, segundo Mantoan (2003), a escola ainda está estruturada em um sistema que não considera adequadamente as necessidades dos estudantes, classificando-os como "normais" e "deficientes" e dividindo o ensino em modalidades regular e especial. Isso demonstra que, apesar das leis que garantem o direito à escolarização de todos os estudantes, ainda há barreiras a serem superadas nas salas de aula.

METODOLOGIA

Desenvolvimento do curso

O curso foi estruturado para ofertar formação continuada aos profissionais da educação especial. Para o acesso, foram abertos dez dias para inscrição no evento, que aconteceu pelo sistema de gerenciamento *on-line* da instituição, o SIGAA. O curso foi pensado para ser realizado no período de férias dos profissionais da educação especial, sob mediação da coordenação de educação especial do município que ficou responsável pelo repasse das informações ao grupo de professores, visto que poderia ser ofertado para auxiliares de sala que desenvolvem atividades nos três turnos, sendo o período de férias o que mais iria contar com a participação da maioria.

Foram registradas 159 pessoas inscritas, oriundos tanto da educação especial como auxiliares de sala da educação especial da rede pública de ensino de Penedo. O curso teve início no dia 09/01 de forma remota, em que estiveram presentes 110 inscritos. No primeiro encontro foi feita a recepção dos cursistas e apresentação da estrutura do curso. O curso foi estruturado da seguinte forma: foi dividido em encontros síncronos e assíncronos, com início 09/01/2024 término em 01/02/2024, com carga horária de 40 horas. Foram 4 encontros remotos e contou com a presença de colaboradores externos. Foi um curso exclusivo para auxiliar de sala da educação especial. A comunicação foi estabelecida via grupo de *whatsapp* (apenas com administrador). Foi repassado para o grupo a programação total do curso com as temáticas que seriam trabalhadas conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - estrutura de apresentação do curso Auxiliar de sala da educação especial: teorizando a prática

PROGRAMAÇÃO	
DATA	ATIVIDADE
Data: 09/01/2024 - terça	1º encontro síncrono: Como será o curso Atividade: Apresentar o curso.
Data: 11/01/2024 - quinta	2º encontro: assíncrono - atividade 1 - a) questionário: levantamento de necessidades dos auxiliares de sala b) questionário sobre levantamentos de dificuldades pessoais c) questionário sobre escala de medição de estresse no trabalho.

Data: 16/01/2024- terça	3º encontro síncrono: <i>O que é o acompanhamento terapêutico escolar - ATE</i>
Data: 18/01/2024 - quinta	4º Encontro assíncrono: atividade 2 a) faça a diferença entre o ATE e o auxiliar de sala
Data: 22/01/2024 - terça	5º Encontro síncrono: <i>O que faz um cuidador na prática do reforço escolar - desenvolvendo habilidades</i> Relato de experiência
Data: 25/01/2024 - quinta	6º Encontro assíncrono: atividade 3 a) Descreva um relato de uma experiência que você realizou com uma criança com deficiência e transtorno.
Data: 29/01/2024 - terça	7º Encontro síncrono: <i>A coordenação pedagógica e o trabalho com a educação especial</i>
Data: 01/02/2024 - quinta	8º Encontro: assíncrono - Avaliação do curso.

Fonte: Elaboração da autora (2024)

O curso foi desenvolvido na plataforma *Microsoft Teams*, por ser uma plataforma de capacidade exclusiva para mais de cem participantes simultâneos na sala virtual e *on-line*, como também oferece ferramentas de acesso a conteúdo e materiais disponíveis em sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) A atuação do auxiliar de sala da educação especial

A partir da apresentação dos profissionais da educação especial no primeiro encontro, foi solicitado que eles apresentassem (a partir de um link de questionário enviado para o grupo de contato) o perfil do público atendido por eles. Diante do que foi traçado, o panorama presente na realidade do município se diversificou a partir de deficiências, transtornos, altas habilidades e superdotação. A grande maioria afirmou que trabalha com crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositor Desafiador (TOD), Paralisia Cerebral, Síndrome de Down (SD), Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Visual (DV), sendo que 75% afirmaram que trabalham com estudantes com TEA e 55% com estudantes com TDAH.

Nessa direção percebe-se que o perfil do estudante público da educação especial é semelhante ao que é apresentado a nível de cenário nacional pelas campanhas de acesso desse estudante ao ensino regular. Como o acesso é importante e o desafio também está na permanência, foi solicitado aos participantes do curso que respondessem sobre o

trabalho desenvolvido por eles para que fosse mapeado o contexto de sala de aula e o papel da inclusão a partir da prática desses auxiliares de sala.

Quadro 2. Resposta dos participantes no contexto do trabalho desenvolvido pelo auxiliar de sala

Qual trabalho desenvolvido pelo auxiliar de sala
Ajuda professor e estudante com as necessidades no âmbito pedagógico
Auxilia os estudantes em suas dificuldades, facilitando a aprendizagem
Apoio por parte da gestão
Cuidado do estudante e ajuda com as atividades
Auxiliar na alimentação, na higiene, na entrega do estudante aos responsáveis
Acompanhar os estudantes dentro da sala de aula nas tarefas
Adaptação das atividades realizadas pelos professores regentes da sala para que o estudante consiga acompanhar o currículo
Auxiliar o estudante nos diversos ambientes da escola

Fonte:Elaboração da autora (2024)

Diante das definições apresentadas pelos cursistas participantes sobre como o trabalho é desenvolvido, é notório perceber que a atuação desse profissional sinaliza para o desvelamento de uma realidade de desconhecimento do papel desse profissional e como deve ser sua atuação junto ao estudante que o acompanha. Diante dessa constatação, foi apresentado aos participantes um quadro extraído da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que define a atuação de cada profissional para que eles tenham ciência de como podem atuar:

Quadro 3 - Definição do profissional de atendimento educacional

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência		
Atendente pessoal	artigo 3º, inciso XII	é uma pessoa, membro ou não da família, que com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos
Profissional de apoio escolar	artigo 3º, inciso XIII	é uma pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares, nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas ou privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Profissional de apoio escolar	Projeto de lei nº 278 de 2016, que altera a lei 13.146/2015	apoio escolar: apoio em atividades de alimentação, cuidados pessoais e locomoção, bem como na inclusão pedagógica do estudante com deficiência, sob a forma de acompanhamento individualizado e de promoção, em caráter geral, da inclusão na instituição de ensino e na sua proposta político-pedagógica;
Acompanhante	artigo 3º, inciso XIV	aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendimento pessoal.

Fonte: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015

A partir da definição da Lei nº. 13.146/2015, o profissional da educação especial começa a entender em que categoria ele se enquadra e que trabalho ele pode desenvolver junto ao(s) estudante(s) que acompanha, mesmo sabendo que diante da realidade, essas categorias não ficam separadas, visto que a demanda é alta e a oferta de profissionais específicos, é baixa e isso acarreta muitas dificuldades encontradas em contextos de salas de aula regular.

Diante de falas posicionadas durante a formação, os participantes foram questionados sobre as principais dificuldades encontradas em seu trabalho e que possíveis soluções são viáveis para sanar essas dificuldades.

Quadro 4 - Qual sua maior dificuldade em sala de aula

Qual sua maior dificuldade em sala de aula	Dê sugestões de mudança
Recursos apropriados para utilizar	Usar materiais reciclados
Atuar por conta própria para atender os estudantes	
Entender o que os estudantes falam	
Não ter muito contato com as famílias, não criar vínculo com a família	
Dificuldade me lidar com situação de exclusão	
Como fazer os estudantes progredirem	
Adaptação do estudante ao ambiente escolar	Uso de jogos lúdicos para garantir a integração
Estruturas físicas adequadas	
Os professores por disciplina que não adaptam às atividades aos estudantes com necessidades educacionais especiais	
Infrequência dos estudantes e capacitismo por	

parte dos demais profissionais na escola	
Não saber lidar com a hiperatividade do estudante com TDAH e como lidar com as emoções deles	
Dificuldade em comunicação com os estudantes	
Formação insuficiente dos profissionais da escola	Fornecer formação
A relação do estudante com os demais colegas da escola	
Saber lidar com o autista não verbal	Buscando formação
Falta de reconhecimento e valorização financeira	
A inclusão do estudante neuro divergente nas atividades da turma pelo professor regente	Apoio da equipe pedagógica
Ausência de comunicação entre o auxiliar o professor regente	Trabalhar a comunicação, fazer planejamento coletivo e engajar o estudante neurodivergente
Dificuldade em fazer os relatórios	Ter apoio pedagógico
Falta de suporte no momento em que os estudantes estão tendo crises	Ter ajuda dos profissionais para resolver essa situação

Fonte: Elaboração da autora (2024)

O que mais apareceu nas respostas dos participantes foi a falta de material adequado, a participação da família e o conhecimento de como lidar com a dificuldade do estudante neurodivergente. E as soluções são viáveis e exequíveis no sentido de transformar essa realidade, pois desde formação continuada, aquisição de materiais e o apoio a família para que ela tenha condições de acompanhar a vida escolar desse estudante que precisa do atendimento especializado escolar.

b) A saúde mental do auxiliar de sala da educação especial

Todas as dificuldades elencadas acima, acabam contribuindo de forma direta para o adoecimento dos profissionais da educação especial. Durante a formação, foi aplicado ao grupo de participantes dois testes, o Questionário de Capacidades e Dificuldades (*Strengths and Difficulties Questionnaire- SDQ*) e o teste de Avaliação de Dificuldades e de Medição do Estresse, que foram respondidos respectivamente por 82 participantes, apresentando o seguinte resultado:

Na escala de Sintomas Emocionais, 51,9% do participantes disseram ter dor de cabeça às vezes, 63,4% afirmaram ter muitas preocupações às vezes, 62,2% afirmaram se sentir deprimido, choroso ou infeliz com frequência, 57,3% afirmaram ficar nervosos às vezes quando se deparam com situações novas, 56,1% afirmaram não sentir medo nem se assustam facilmente.

Na escala de Problemas de Conduta, apenas 29,3% afirmaram ficar nervosos e perder a paciência às vezes, 74,4% demonstrou ser obediente, e apenas 11% afirmaram que brigam muito, 31,1% afirmaram ser inquietos e hiperativos, e 22% disseram está às vezes inquietos e agitados, 39% afirmaram que se distraem e perdem a concentração com facilidade, 25,6% começam e terminam as atividades às vezes e 31,4% se queixam de passar boa parte do tempo sozinho, às vezes.

No questionário sobre a Percepção de Estresse, os 84 participantes que responderam, afirmaram que ficam aborrecidos por causa de algo que aconteceu inesperadamente às vezes (39,9%), sentem-se que foram incapazes de controlar coisas importantes nas suas vidas quase sempre (25,3%), que estiveram nervosos ou estressados (40,5%), que estiveram confiantes em sua capacidade de lidar com seus problemas pessoais (59,5%), que sentiram que as coisas aconteceram da maneira que não esperavam (34,9%), acharam que não conseguiriam lidar com todas as coisas que tinham por fazer (38,1%), que foram capazes de controlar irritações nas suas vidas (41,7%), que afirmaram que às vezes sentem que todos os aspectos de suas vidas estavam sob controle (40,5%), estavam bravos por causa de coisas que estiveram fora de seus controles (35,7%), sentiram que os problemas acumularam tanto que você não conseguiria resolvê-los (22,6%).

c) A atuação da coordenação pedagógica junto ao trabalho do auxiliar de sala

O auxiliar de sala sabe que não é possível realizar seu trabalho sem parcerias: do professor da sala, da família e também da coordenação pedagógica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fala sobre as atribuições do cargo da coordenação pedagógica que devem estar aliadas à autonomia, para organizar e orientar o trabalho pedagógico, na proposta de garantir um trabalho com base na gestão democrática e participativa da comunidade escolar.

Lima e Santos (2007, p. 79) afirmam que várias metáforas são construídas com relação ao trabalho do coordenador Pedagógico, que ele “bombril” (mil e uma utilidades), a de “bombeiro” (o responsável por apagar o fogo dos conflitos docentes e discentes), a de “salvador da escola” (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos estudantes).

Além destas metáforas, outras aparecem definindo-o como profissional que assume várias funções dentro da escola e uma delas é a função de gerenciamento da escola, que atende pais, estudantes, professores e também se responsabiliza pela maioria das “emergências” como um personagem “resolve tudo” e que deve responder unidirecionalmente pela vida acadêmica da escola.

De acordo com Placco e Almeida (2003, p. 57-58) “uma função fundamental do coordenador pedagógico é cuidar da formação do desenvolvimento profissional dos professores”. É fundamental pensar a formação de professores como superação da fragmentação entre teoria e prática, entre escola e prática docente.

Diante da exposição desse encontro formativo, foi solicitado aos participantes que respondessem a seguinte questão: como a coordenação pedagógica tem um papel fundamental na mediação entre professores regentes de sala e auxiliares de sala da educação especial, que atribuições estão faltando? O quadro abaixo sintetiza as respostas fornecidas pelos auxiliares de sala.

Quadro 5 - Respostas dos auxiliares sobre o que falta na relação coordenação pedagógica, professor regente e auxiliar de sala

QUAL O PAPEL	O QUE FALTA
Passar todas a informação necessária	Não só passar informação, mas ajudar na execução também.
Elaboração de projetos e execução dos mesmos	Não tive apoio da coordenação, tive que trabalhar sozinha
Acompanha de perto o progresso dos estudantes, tanto individualmente quanto em grupo. Ele avalia o desempenho escolar e identifica possíveis dificuldades, buscando soluções para garantir o sucesso acadêmico.	A coordenação da escola é muito parceira
Supervisionar a parte pedagógica, ele serve de mediador entre professor e auxiliar de sala	Falta exatamente essa mediação
Promover ações de conscientização, para a comunidade escolar, mostrar o papel dos auxiliares e professores da educação especial	Mais orientações no sistema Pedagógico na Educação inclusiva
O coordenador pedagógico tem como função andar em parceria com seus auxiliares, incluir os profissionais em	Está faltando mais observação

reuniões pedagógicas, procurar sondar e acompanhar o desenvolvimento	
Desenvolver ações pedagógicas mais inclusivas.	Parar de ter medo do professor regente, e sobrecarregar os auxiliares com funções que não são suas

Fonte: elaboração da autora, 2024

O que pode ser visto é que a coordenação precisa andar junto, não só com o professor regente de sala, como também com auxiliares de sala da educação especial, com a família para que o trabalho seja desenvolvido em parceria com o trabalho da coordenação.

d) Avaliação do curso pelos participantes

Chegando a etapa final do curso e para garantir melhorias na organização de novos cursos, foi enviado ao grupo um formulário para que os participantes pudessem avaliar o curso e diante das questões, apresentaram o seguinte panorama:

Quadro 6 - O conteúdo do curso foi abrangente e relevante para a prática da Educação Inclusiva? Por quê?

O curso foi muito importante para nos ajudar a trabalhar melhor na área.
Foi proveitoso pois foi explicado com clareza formas de inclusão
Sim, por expor a realidade conjunta e compartilhar experiências que servem de aprendizado para todos
Sim, nos foi apresentado bastante conhecimento e exemplos práticos de como abordar e atender de forma atenciosa os nossos estudantes.
O conteúdo do curso foi de extrema importância para a minha trajetória de trabalho, todas as atividades e assuntos aqui abordados irão me ajudar bastante no decorrer do ano letivo e na jornada de trabalho.
Sim! Foi bastante esclarecedor, vindo a somar para minha prática como auxiliar de Sala da Educação Especial. Desse modo, espero utilizar todos os novos conhecimentos adquiridos neste curso.
Sim, porque aprendi novas técnicas de formular atividades diferenciadas para estimular os conhecimentos dos meus estudantes nas atividades do dia a dia.
Sim, absolutamente. Porque, além de ter tocado em pontos e práticas completamente importantes, todas elas eram direcionadas para o objetivo maior que é a inclusão
Porque o curso foi um divisor de águas, nos mostrou a verdadeira função do auxiliar de sala. Isso nos fortaleceu a buscar a cada dia mais conhecimento para estar levando o melhor para nossos estudantes. Com isso agradeço todas as informações apresentadas no curso. Sei que tenho muito que aprender.

Um dos objetivos do curso foi o aproveitamento da experiência que eles já tinham em seu cotidiano e com todo respeito e atenção ao trabalho desenvolvido por eles, alinhar algumas atualizações para a reflexão da prática em sala de aula e conforme questionado na avaliação do curso esse objetivo foi atingido.

Os participantes (100%) responderam no formulário ter havido equilíbrio entre teoria e prática no que foi abordado durante a formação. Sobre a metodologia utilizada no curso apontaram ter sido excelente, de fácil compreensão, oferecendo oportunidades para a aplicação dos conceitos aprendidos (98,6%). Questionados sobre se as atividades práticas repassadas pelos palestrantes foram adequadas para o desenvolvimento das habilidades necessárias na educação inclusiva, quase a totalidade (98,6%) respondeu ter atendido às expectativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso demonstrou como os profissionais auxiliares de sala da educação especial têm necessidade constante de formação para serem ouvidos em suas situações do cotidiano e discutir sobre as atualizações na área de atuação na busca por estratégias de melhoria no trabalho desenvolvido com crianças. O estudo feito em relação ao curso realizado aos auxiliares de sala da educação especial, sinalizou para uma atenção diferenciada na formação desse professor.

Pensar a política de educação especial é trazer para o centro o debate sobre a formação dos profissionais que lidam com as crianças com deficiência ou transtorno dentro do espaço de sala de aula.

A legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece diretrizes claras para a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. No entanto, a efetivação dessas políticas depende crucialmente da formação e sensibilização dos professores, que precisam estar preparados para lidar com a diversidade e criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os estudantes.

É fato que houveram avanços na luta pela educação inclusiva. Apesar dos avanços legais, ainda existem desafios significativos a serem superados, como a necessidade de

uma estrutura escolar que não segregue os estudantes e uma abordagem pedagógica que reconheça e valorize as diferenças. Projetos de formação contínua, como o curso realizado, são essenciais para formar educadores e, assim, contribuir para a transformação das escolas em espaços onde todos os estudantes possam aprender e se desenvolver plenamente.

AGRADECIMENTOS

A todos os profissionais que lutam todos os dias para fazer a educação especial ser de fato inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, 2015.

GATTI, B. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out. Dez. 2010.

LIMA, P. G.; SANTOS, S. M. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. *Educere et educare: Revista de Educação*, v. 2, n. 4, p. 77-90, jul./dez. 2007. Disponível em: . Acesso em: 5 jan. 2024

LORENZO, R.; RODRIGUES, Y.; LIMA, A.A. Inclusão escolar de crianças dentro do espectro autista. **Revista Psicologia**, 2019. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1372.pdf>. Acesso em 21 de jan. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 1ª ed. Moderna, São Paulo, 2003.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M.Q.O.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Educação Especial** | v. 26 | n. 47 | p. 557-572 | set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10178/pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PELUCIO, L. M.; SILVA, J. C. A.; SOUZA, R. A. A. **A importância do acompanhamento terapêutico como estratégia de intervenção auxiliar à clínica tradicional**. 2019. Disponível em: Repositório Institucional UFC: A importância do acompanhamento terapêutico como estratégia de intervenção auxiliar à clínica tradicional. Acesso em: 24/01/2024.

PLACCO, V. M. de S.; ALMEIDA, L. R. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2003.



SILVA, E. L.; CRISTINA, V. Acompanhamento Terapêutico e inclusão educacional: construindo pontes para o encontro entre o diferente e a diferença. **Revista Valores**, Volta Redonda, jan./jun. 2018. Acesso em: 24/01/2024.

SANT'ANA, A. V. M.; FRANÇA, N. G. **Como ocorre o acompanhamento terapêutico com crianças autistas na escola regular:** um estudo com a literatura científica. Trabalho conclusão de curso em Psicologia, UFAL, Palmeira dos Índios, 2023.